



CONGRESSO NACIONAL
CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº - CMMPV 1307/2025
(à MPV 1307/2025)

Acrescente-se inciso VII ao § 1º do art. 3º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, na forma proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 3º

§ 1º

VII – O Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), ao deliberar sobre a criação e localização de novas ZPEs, deverá considerar, como critério de prioridade, a instalação em áreas com elevada taxa de desemprego, baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e elevado potencial de transformação socioeconômica, com atenção especial às regiões historicamente menos desenvolvidas, conforme critérios objetivos definidos em regulamento. A decisão deverá observar os impactos sociais e ambientais nas comunidades locais e promover a adesão, por parte das empresas beneficiárias, a programas de responsabilidade social e inclusão produtiva.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A proposta busca estabelecer critérios objetivos para a criação de novas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), priorizando sua instalação em regiões com elevados índices de desemprego, baixo desenvolvimento humano e grande potencial de transformação socioeconômica. Ao orientar a atuação do Conselho Nacional das ZPEs nesse sentido, a medida contribui para reduzir



desigualdades regionais e fortalecer a integração de áreas historicamente marginalizadas ao processo de desenvolvimento nacional.

Regiões como o Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais, exemplificam territórios com carência estrutural, vulnerabilidade social e escassa presença industrial. A priorização dessas áreas na política de ZPEs representa uma estratégia eficaz de inclusão produtiva e desenvolvimento regional, alinhada aos princípios constitucionais da justiça social, da erradicação da pobreza e da promoção do bem-estar.

A medida também prevê que o processo de decisão observe impactos sociais e ambientais nas comunidades locais e estimule a adesão das empresas beneficiárias a programas de responsabilidade social. Essa exigência assegura que os investimentos privados, ao serem incentivados pelo Estado, retornem à sociedade sob a forma de oportunidades de emprego, capacitação profissional e desenvolvimento humano sustentável.

Ao incorporar critérios claros e socialmente orientados à expansão das ZPEs, a proposta fortalece o papel do regime como instrumento de política regional, promovendo um modelo de crescimento mais equilibrado e inclusivo, com foco na geração de empregos qualificados e na valorização do capital humano das regiões mais carentes do país.

Sala da comissão, 6 de agosto de 2025.

Deputado Samuel Viana
(REPUBLICANOS - MG)
Deputado Federal

